

ANEXO 18

REGULAMENTO DA TRANSIÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO (DENOMINADO LOTE 10) OBJETO DO CONTRATO DE CONCESSÃO 009/CR/1998, DA CONCESSIONÁRIA AUTOVIAS S.A. PARA A CONTRATADA, PARA A INTEGRAÇÃO AO LOTE RODOVIAS DOS CALÇADOS

ANEXO XVIII**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº 05/2016**

CONCESSÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE RODOVIAS DOS CALÇADOS, CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL

ÍNDICE

ÍNDICE	2
1. Introdução	3
2. Do objeto da transição	3
3. Das prerrogativas da CONTRATADA na transição do Sistema	4
4. Da Transição	4
5. Do Compartilhamento de Riscos e seus efeitos	6
6. Das Funções de Operação e Dos Projetos de Engenharia	6
7. Inventário	7
8. Da Garantia de Recebimento pela CONTRATADA do sistema rodoviário objeto do Contrato de Concessão nº 009/CR/1998	7
9. Disposições Finais	7

1. Introdução

1.1. A Concessionária AUTOVIAS S.A. (doravante "AUTOVIAS") explora os serviços públicos de transporte relativos ao Sistema Rodoviário denominado LOTE 10, objeto do Contrato de Concessão 009/CR/1998, pelo prazo de 20 (vinte) anos, que se finda em 18 / 12 / 2018.

1.2. O Sistema Rodoviário referido no subitem 1.1 desta Introdução, denominado LOTE 10, integra o Lote Rodovias dos Calçados, da Terceira Etapa do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias, objeto do Contrato de Concessão nº [●]. O LOTE 10 será transferido à CONTRATADA, nos termos e condições estabelecidas neste ANEXO XVIII.

1.3. O regramento estabelecido neste ANEXO XVIII visa à realização da transferência do Sistema Rodoviário denominado LOTE 10, da AUTOVIAS para a CONTRATADA, ao final da vigência do Contrato de Concessão 009/CR/1998, de modo transparente e eficiente, preservando a continuidade da prestação do serviço público e os direitos dos Usuários e do PODER CONCEDENTE.

1.4. Eventuais obstáculos ao fiel cumprimento das disposições deste ANEXO XVIII, ainda que imputáveis a terceiros, não eximem a CONTRATADA da assunção do Sistema Rodoviário objeto do LOTE 10 à zero hora do dia imediatamente subsequente ao do término da vigência do Contrato de nº 009/CR/1998, nos termos do item 8 deste ANEXO XVIII. A assunção do LOTE 10 pela CONTRATADA no prazo previsto no item 1.1. independe da realização ou conclusão de todas as Etapas estabelecidas neste ANEXO XVIII, nem tampouco a exime de qualquer responsabilidade prevista no CONTRATO DE CONCESSÃO.

1.4.1.A cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO referente às praças localizadas no SISTEMA REMANESCENTE (LOTE 10) deverá ser efetuada pela CONTRATADA a partir da assunção do Sistema Rodoviário objeto do LOTE 10, devendo ser depositada na CONTA CENTRALIZADORA, nos termos do Contrato de Administração de Contas

1.5 A CONTRATADA é responsável exclusiva pelo ônus da sua omissão ou inércia nas providências previstas neste ANEXO XVIII.

2. Do objeto da transição

2.1 O LOTE 10, cuja transferência da AUTOVIAS à CONTRATADA é objeto deste Anexo, é constituído pelo conjunto de pistas de rolamento, suas respectivas faixas de domínio, edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, e tudo o mais indispensável à continuidade da prestação dos serviços de transporte rodoviário, compreendendo os seguintes trechos:

2.1.1.SP - 345 do km 10+500, em Itirapuã, até o entroncamento com a SP - 334, em Franca, no km 36+000;

2.1.2.SP - 334 do entroncamento com a SP - 330, no km 318+000, em Ribeirão Preto, até o km 406+000, em Franca, incluindo o contorno de Batatais e o contorno de Franca;

2.1.3.SP - 330 do km 240+500, em Santa Rita do Passa Quatro, até o entroncamento com a SP - 334, em Ribeirão Preto, no km 318+500;

2.1.4.SP - 318 do entroncamento da SP - 310, em São Carlos, no km 235+400, até o entroncamento com a SP - 255, no km 280+000;

2.1.5.SP - 255 do entroncamento com o contorno de Ribeirão Preto, no km 2+800, até o entroncamento com a SP - 310, em Araraquara, no km 83+200

2.2 Com a transferência do LOTE 10 à CONTRATADA, mediante a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE, serão transferidos, além do sistema rodoviário discriminado no item 2.1 deste ANEXO, também as rodovias de acessos e demais trechos rodoviários contíguos à malha que constituem o LOTE 10, conforme descrição apresentada no ANEXO II - Situação Atual do Sistema Rodoviário. A soma do LOTE 10 e acessos e trechos descritos no ANEXO II é denominada SISTEMA REMANESCENTE, que passará a integrar o SISTEMA RODOVIÁRIO escopo da CONCESSÃO e, portanto, deverá ser considerado pela CONTRATADA ao desempenhar todas as atividades e cumprir todas as obrigações relacionadas à exploração da CONCESSÃO.

3. Das prerrogativas da CONTRATADA na transição do Sistema

3.1. A partir da data da assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO, a CONTRATADA ficará autorizada a adotar providências voltadas à verificação do cumprimento, pela AUTOVIAS, das condições mínimas para devolução do Sistema Rodoviário objeto do LOTE 10 em bom estado, com atualização adequada, nos termos previstos no Anexo 10 - Condições de Devolução do Contrato de Concessão nº 009/CR/1998.

3.2 Dentre as providências que a CONTRATADA estará autorizada a adotar, e considerando as o disposto nos artigos 19, I, e 20, §§1º e 2º, da Lei 7.835, de 8 de maio de 1992, bem como as disposições do item "3 Recebimento" e seus subitens, do Anexo 10, do Contrato de Concessão nº 009/CR/1998, estão incluídas:

- (i) a participação na COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO do Sistema Rodoviário concedido à AUTOVIAS, de que trata o Anexo 10 do Contrato de Concessão 009/CR/1998, sem prejuízo da representação da ARTESP, na qualidade de Agência Reguladora;
- (ii) a realização de vistorias, juntamente com a ARTESP, nos termos dos artigos 19, I, e 20, §§1º e 2º, da Lei 7.835, de 8 de maio de 1992, do Sistema Rodoviário concedido à AUTOVIAS;
- (iii) a realização de vistorias, juntamente com os demais membros da COMISSÃO referida no item (i) retro, do Sistema Rodoviário concedido à AUTOVIAS, para verificar a existência das condições mínimas para devolução, previstas no Anexo 10 ao Contrato de Concessão 009/CR/1998;
- (iv) a elaboração de relatórios de visitas, independentemente dos relatórios emitidos pela COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO e/ou ARTESP.

3.2.1 – Em quaisquer atividades listadas no item 3.2, a CONTRATADA poderá oferecer sugestões dos parâmetros que nortearão a transferência do sistema rodoviário.

4. Da Transição

4.1. A COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO do Sistema Rodoviário integrante do LOTE 10, prevista no Anexo 10 do Contrato de Concessão nº 009/CR/1998, e a ARTESP serão responsáveis pela implementação das Etapas e Prazos estabelecidos no escopo daquele Contrato, visando (i) ao adequado e pleno retorno ao Poder Concedente dos direitos, privilégios e reversão dos bens vinculados à prestação do serviço objeto da Concessão vincenda, (ii) à continuidade da prestação do serviço público, (iii) à preservação dos direitos dos usuários e do Poder Concedente.

4.2 Caberá à ARTESP, na condição de Agência Reguladora:

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Iguatemi, 105 - Itaim Bibi, 11º andar. CEP 01451-011 - São Paulo/SP. FONE/FAX: (11) 3465-2000

- (i) aprovar o relatório de vistoria e os parâmetros propostos pela COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO para transferência do sistema da AUTOVIAS para a CONTRATADA;
- (ii) dirimir conflitos entre os membros da COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO; e
- (iii) apreciar o Relatório de Visitas apresentado pela CONTRATADA e decidir sobre as questões nele aventadas, inclusive quanto à abertura do processo administrativo sancionatório, em face da AUTOVIAS, se for o caso.

4.3 Em até 45 (quarenta e cinco) dias antes da extinção da concessão da AUTOVIAS, a CONTRATADA deverá apresentar ao Conselho Diretor da ARTESP um Relatório de Visita, nos termos dos subitens 3.2 supra, contendo:

- (i) resumo da situação dos componentes verificados e das incorreções constatadas, incluindo informações:
 - a) sobre o cumprimento pela AUTOVIAS dos prazos estabelecidos nos relatórios de vistoria parciais da Comissão de Devolução do LOTE 10;
 - b) quanto ao atendimento, ou não, das condições de devolução do sistema previstas no Anexo 10 do Contrato de Concessão nº 009/CR/1998;
- (ii) estimativa de eventual desequilíbrio econômico-financeiro a favor da CONTRATADA, caso a AUTOVIAS não corrija as falhas apontadas antes da Transferência do Sistema Remanescente, e caso caiba à CONTRATADA proceder às correções necessárias à plena operação do Sistema que lhe será transferido, configurando-se EVENTO DE DESEQUILÍBRIO e fazendo jus à consequente recomposição do equilíbrio-econômico do CONTRATO.

4.4. Compete ao Conselho Diretor da ARTESP decidir sobre:

- (i) regularidade do(s) procedimento(s) adotado(s) pela equipe da AUTOVIAS;
- (ii) a adequação da estimativa oferecida pela CONTRATADA, referida no subitem 4.3. (ii);
- (iii) o recebimento e devolução do Sistema Rodoviário objeto do LOTE 10 e consequências em relação à AUTOVIAS, à CONTRATADA e ao Poder Concedente, conforme o caso, assegurado o direito ao contraditório.

4.5. O recebimento provisório do Sistema Rodoviário objeto do LOTE 10 pelo Poder Concedente não exime a AUTOVIAS de eventuais responsabilidades técnicas, que somente se encerrarão nos termos e condições prevista na legislação pertinente e nas cláusulas do Contrato de Concessão 009/CR/1998, nem da responsabilidade civil de manter o PODER CONCEDENTE indene, em decorrência de garantia de vida útil dos bens reversíveis, prevista no Anexo 10 ao mesmo contrato retro referido.

5. Do Compartilhamento de Riscos e seus efeitos

5.1. A validação pelo Conselho de Diretores da ARTESP dos trabalhos da Comissão de Devolução, dos Relatórios de Visitas elaborados pela CONTRATADA e do Relatório de Vistoria da

ARTESP implica a plena aceitação pela CONTRATADA das condições do LOTE 10, que passará a integrar sua concessão, denominada LOTE RODOVIAS DOS CALÇADOS, mediante a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE.

5.1.1. Caso a ARTESP não valide o Relatório de Visitas da CONTRATADA referido no item 4.3, no qual deverão ser apontadas todas as falhas e incorreções, além de estimativas de valores para fins de futuro reequilíbrio em favor da CONTRATADA, esta poderá utilizar os métodos amigáveis de resolução de conflito previstos no Contrato de Concessão para discutir eventuais divergências quanto à existência, ou não, das falhas e incorreções apontadas, inclusive a arbitragem.

5.2 As incorreções ou falhas não identificadas pela CONTRATADA nos Relatórios de Visitas deverão ser por ela corrigidas após a transferência do SISTEMA REMANESCENTE e não constituirão EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO econômico-financeiro do Contrato, excetos os casos de vício oculto.

5.3 Nos casos de incorreções ou falhas identificadas pela CONTRATADA nos Relatórios de Visitas que persistam à ocasião da Transferência do Sistema, a CONTRATADA será obrigada a realizar as respectivas correções, configurando-se EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, fazendo jus a CONTRATADA à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

5.4. Nos casos de vício oculto no SISTEMA REMANESCENTE, identificados posteriormente à Transferência do Sistema à CONTRATADA, mas dentro do período da garantia contratual de 6 (seis) anos prevista no Anexo 10 ao Contrato de Concessão 009/CR/1998, a CONTRATADA desde já anui com a eventual decisão da ARTESP de determinar à AUTOVIAS as devidas reparações, sob supervisão e mediante aprovação dos projetos pela CONTRATADA juntamente com a ARTESP;

6. Das Funções de Operação e Dos Projetos de Engenharia

6.1 A operação do SISTEMA RODOVIÁRIO deverá estar plenamente padronizada em toda a sua extensão em 180 (cento e oitenta) dias contados da data da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE.

6.2 As ampliações e respectivos Projetos Funcionais previstos para o período de vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO estão previstos no ANEXO VII - SERVIÇOS CORRESPONDENTES ÀS FUNÇÕES DE AMPLIAÇÃO, devendo ser considerado, para fins de cronograma de obras, como termo inicial (d0) a data de assinatura do CONTRATO DE CONCESSÃO.

7. Inventário

7.1 O Relatório de Vistoria e demais documentos produzidos pela COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO, e aceitos pela CONTRATADA, e aprovado pela ARTESP na forma do item 4 e subitens deste ANEXO integram o inventário de bens da CONCESSÃO, o qual deverá ser mantido atualizado e adequado, inclusive em termos tecnológicos e por meio de vídeo-registro georreferenciado, à prestação do serviço público durante todo o prazo de CONCESSÃO.

7.2 A CONTRATADA, no prazo máximo de 90 (noventa) dias da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE, deverá realizar levantamento do tipo vídeo-registro georreferenciado da Malha transferida, contemplando o pavimento e os demais elementos do sistema rodoviário, tais como: geometria, sinalização, drenagem, taludes, OAEs, passarelas, etc., e mantê-lo atualizado, nos termos do Anexo VI, durante todo o prazo da concessão.

8. Da Garantia de Recebimento pela CONTRATADA do Sistema Rodoviário objeto do Contrato de Concessão nº 009/CR/1998

8.1 A CONTRATANTE garante o recebimento integral pela CONTRATADA do Sistema Rodoviário de que trata o LOTE 10, objeto do Contrato de Concessão 009/CR/1998, um 18 (dezoito) meses após a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, data que poderá ser antecipada, em razão do advento do termo contratual ou em decorrência de decisão judicial transitada em julgado, proferida na Ação Declaratória de autoria da AUTOVIAS S/A em face da ARTESP e do Estado de São Paulo (Processo 1014902-54.2015.8.26.0053, em trâmite perante a 10ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo).

8.2 As partes reconhecem desde já que constitui evento de desequilíbrio com efeitos prejudiciais ao PODER CONCEDENTE, havendo consequente necessidade de recomposição da equação econômico-financeira do CONTRATO DE CONCESSÃO em favor do PODER CONCEDENTE, a ser calculado nos termos do retro referido CONTRATO e considerando os itens 8.4 e 8.5 infra, a hipótese de antecipação do recebimento do LOTE 10, que passará a integrar o CONTRATO DE CONCESSÃO.

8.2.1 Implementando-se o evento acima referido, a Concessionária não poderá recusar-se a receber antecipadamente o LOTE 10, assumindo, para com este trecho rodoviário, todas as obrigações e direitos derivados do contrato de concessão e seus anexos.

8.3 As partes reconhecem desde já que constitui evento de desequilíbrio com efeitos prejudiciais à CONTRATADA, havendo consequente necessidade de recomposição da equação econômico-financeira do CONTRATO DE CONCESSÃO em favor da CONTRATADA, a ser calculado nos termos do retro referido contrato e considerando os itens 8.4 e 8.5 infra, a hipótese de atraso no recebimento do LOTE 10, que passará a integrar o CONTRATO DE CONCESSÃO.

8.3.1 O atraso no recebimento do LOTE 10, que passará a integrar o CONTRATO DE CONCESSÃO somente começará a ser computado a partir da data em que a CONTRATADA passar a fazer jus a RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA decorrente da cobrança de TARIFA DE PEDÁGIO nas praças localizadas no SISTEMA REMANESCENTE (LOTE 10), nos termos dos subitens 1.4.1 deste ANEXO XVIII e subitem 3.2 do ANEXO IV.

8.3.2. Configurando-se a hipótese descrita no item 8.3, a forma pela qual será implementada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato será obrigatoriamente o ressarcimento ou indenização.

8.4 A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro a ser calculada em decorrência dos EVENTOS previstos nas Cláusulas 8.2 e 8.3 deste ANEXO deverá considerar o valor da tarifa quilométrica aplicável à CONCESSIONÁRIA, prevista no ANEXO IV, além dos tributos aplicáveis.

8.5 Para o cálculo da recomposição do equilíbrio em razão da ocorrência dos EVENTOS previstos nas Cláusulas 8.2 e 8.3 deste ANEXO, será considerada a média mensal das despesas nominais do ano exercício de 2017 da AUTOVIAS para definição dos custos operacionais da CONCESSIONÁRIA, expressas no "Quadro 4B" apresentado pela AUTOVIAS e auditado pela ARTESP, devidamente atualizados, e observada a ocorrência do disposto no item 1.4.1 supra.

8.6. A previsão da Cláusula 8.3 não prejudica a possibilidade de extinção antecipada do Contrato em virtude do atraso superior a 180 (cento e oitenta) na transferência do SISTEMA REMANESCENTE, conforme previsão da Cláusula 6.4 do Contrato de Concessão.

9. Disposições Finais

9.1 Para implementação do disposto neste ANEXO, é vedada a interferência, prejuízo, imposição de obstáculos ou ruptura de continuidade na prestação de serviços objeto do Contrato de Concessão nº 009/CR/1998, bem como a imposição de qualquer ônus à AUTOVIAS, ficando protegidos todos os direitos contratuais e de propriedade intelectual da AUTOVIAS.

9.1.1. Uma vez extinto o contrato de concessão com a AUTOVIAS, serão cedidos à ARTESP, sem ônus e definitivamente, os estudos, projetos e outros trabalhos de cunho intelectual criados e desenvolvidos durante a vigência do Contrato de Concessão nº 009/CR/1998, que poderão inclusive ser utilizados em futuros contratos de concessão e sem quaisquer restrições na hipótese de condicionarem a continuidade da prestação de serviços.

9.2. Toda e qualquer definição conjunta entre AUTOVIAS e CONTRATADA, referente ou não à fase de transição, de caráter estritamente privado e que não tenha qualquer reflexo na prestação adequada do serviço concedido:

- (i) não ensejará qualquer direito a reequilíbrio em favor de qualquer das duas partes;
- (ii) não poderá implicar qualquer ônus ao Poder Concedente; e
- (iii) deverá ser comunicada à ARTESP.

9.3 Toda e qualquer definição conjunta entre AUTOVIAS e CONTRATADA que tenha algum reflexo na prestação adequada do serviço concedido deverá ser previamente aprovada pela ARTESP.